

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS-2024

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS 2024.** Ao 19º
2 (décimo nono) dia do mês de novembro do ano de 2024, às 10h, reuniram-se, de forma
3 presencial e virtual, na sala do Conselho de Cultura e Patrimônio Histórico no Centro
4 Cultural Palácio da Justiça, cito a Av. Eduardo Ribeiro, 901 - Centro, Manaus - AM,
5 69400-901. Conforme mensagem de convocação encaminhada via *WhatsApp* e
6 atingindo o quórum mínimo, foi declarada aberta a 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE
7 LEGISLAÇÃO E NORMAS. Sob a presidência do secretário-geral **PEDRO HENRIQUE**
8 **SECATTI CACHEADO**. Registraram presença os conselheiros (as): Dudson Campos
9 Carvalho - Presidente, Ludimar Nunes Gonçalves - Vice- Presidente, Lydia Lúcia Nunes
10 de Sousa – Relatora, Lucimar Bezerra Marques – Suplente, Álvaro Serrão Monteiro -
11 Mediador, Marcos André Durand Pereira – Suplente. **Symone Farias** iniciou a reunião
12 fazendo algumas considerações de forma rápida. Ela registrou que a conselheira Lydia
13 Lucia estava presente na qualidade de titular em exercício, a pedido do mestre
14 Camaleão (Wellisson Batista), e destacou a importância dessa participação. Além disso,
15 informou que o doutor Sérgio Cruz não estava presente, pois estava cuidando do enterro
16 de um membro de sua família, expressando solidariedade e sentimentos de pesar a ele.
17 Em seguida, apresentou algumas instruções que, conforme ela destacou, deveriam ser
18 vistas como sugestões e não como imposições. **O primeiro ponto** abordado foi a
19 necessidade de determinar qual legislação seria utilizada como base para as
20 discussões. Sugeriu que se verificasse se a lei do conselho, o regimento interno ou a lei
21 do fundo seria mais apropriada para iniciar os trabalhos. **O segundo ponto** mencionado
22 foi a importância de eleger um presidente, um relator e um mediador para a condução
23 das atividades da comissão. Explicou que, para organizar o trabalho de forma eficiente,
24 esses papéis eram essenciais. Ela também mencionou que a lei do conselho poderia
25 ser disponibilizada em formato Word, o que facilitaria um trabalho semelhante ao que
26 estava sendo realizado no PEC. Reiterou, ainda, a necessidade de que o presidente, o
27 relator e o mediador fossem escolhidos, sendo que o mediador teria a função de anotar
28 as discussões e acompanhar o andamento da comissão. **O terceiro ponto** que Symone
29 destacou foi o papel do doutor Sérgio na comissão, que atuaria como orientador. Ela
30 esclareceu que ele não estaria presente como assessor jurídico, mas sim como alguém
31 que guiaria o grupo em questões relacionadas à estruturação dos artigos e parágrafos
32 das propostas. O doutor Sérgio Cruz seria responsável por direcionar as discussões e
33 oferecer orientações sobre como proceder com as sugestões e mudanças na legislação.
34 Explicou que, após a elaboração do trabalho pela comissão, todo o processo seria
35 encaminhado para uma assessoria jurídica. Esta assessoria elaboraria um parecer, que
36 seria submetido aos membros da comissão e ao plenário do conselho, onde a votação
37 final ocorreria. Ela reconheceu que suas explicações eram de caráter geral e que havia
38 detalhes específicos que somente o doutor Sérgio poderia esclarecer naquele momento.
39 Por fim, Symone passou a palavra para os demais participantes da reunião e se colocou

40 à disposição para responder a quaisquer dúvidas que pudessem surgir. **André Durand**
41 tomou a palavra para comentar sobre a fala de Symone Farias. Ele pediu permissão
42 para retomar um ponto importante e lembrou que, na última reunião, foi abordada a
43 questão da lei delegada. Seria interessante que a lei delegada fosse disponibilizada
44 para que todos pudessem analisá-la em detalhes, evitando assim possíveis
45 complicações futuras. Além disso, ele sugeriu ao presidente Pedro que considerasse o
46 regimento interno do Conec, levando em conta a ausência da assessoria de políticas
47 culturais e a situação inesperada envolvendo o doutor Sérgio. Essa consideração,
48 segundo ele, seria fundamental para que o grupo tivesse um embasamento técnico e
49 jurídico mais robusto. Também expressou sua gratidão a Symone por ter registrado a
50 presença dos participantes que estavam na plataforma online. Ele destacou a presença
51 do conselheiro Dudson, mencionando sua atuação, e fez referência à conselheira
52 Lucimar Marques, que havia retornado às atividades. **Symone Farias** comentou sobre
53 a lei delegada, esclarecendo que se trata de uma legislação conjunta de todas as
54 secretarias, que define a estrutura do governo. Ela mencionou que a SEC está inserida
55 dentro dessa lei maior. Informou que iria providenciar esse documento e, embora não
56 soubesse se conseguiria disponibilizá-lo ainda naquele dia, prometeu que o
57 encaminharia para o grupo assim que possível. Informou que estava trabalhando no
58 computador para finalizar o relatório das dez primeiras reuniões do PEC, uma tarefa que
59 já estava sendo cobrada. Ela mencionou a importância de enviar esse relatório para a
60 Secretaria. **O presidente** sugeriu a criação de um carrossel com informações sobre as
61 dez reuniões do PEC para ser postado no Instagram do Conec. Em seguida, ele solicitou
62 a elaboração de um documento que reunisse as orientações apresentadas por Symone,
63 para que todos os futuros participantes pudessem compreender como o processo
64 funciona. Destacou a importância de registrar essas orientações, especialmente
65 considerando que naquele momento estavam presentes 7 participantes, e que outros
66 poderiam se juntar posteriormente. Ele propôs que, no mesmo documento, fossem
67 incluídas as atas das reuniões, de forma a manter tudo organizado e acessível. Ele
68 ressaltou a necessidade de eleger o presidente, o mediador e o relator da comissão.
69 **Symone Farias** explicou que o relator será a pessoa responsável por trabalhar
70 diretamente com os arquivos, seja da lei, do regimento ou da lei do fundo, e que essa
71 pessoa deve ser um membro da comissão. Ela destacou que a equipe não pode integrar
72 diretamente a comissão de legislação, como está sendo feito no PEC, onde a Jennyfer
73 está liderando essa primeira etapa. Mencionou que, na segunda etapa, será necessário
74 identificar um relator oficial para garantir que, ao final do processo, esteja claro quem foi
75 o relator responsável. Ela observou que, embora estejam acelerando as reuniões do
76 PEC, o trabalho na área de legislação não precisa ser tão apressado. Ao contrário, pode
77 ser realizado de forma orientada, permitindo que as ideias sejam organizadas
78 corretamente. Assim, os membros da comissão terão tempo suficiente para discutir e
79 elaborar uma redação de qualidade. **O presidente** comentou que, após a eleição do
80 presidente, do mediador e do relator, o próximo passo seria decidir qual seria o primeiro
81 documento a ser trabalhado pela comissão. Ele enfatizou a importância de ter clareza

sobre o foco inicial das atividades, para que o grupo pudesse avançar de forma organizada e eficiente. **Symone Farias** destacou que a comissão precisa decidir qual será o primeiro documento a ser trabalhado. Ela esclareceu que, se optarem por começar pela lei, todas as próximas reuniões deverão se concentrar exclusivamente nela até que seja finalizada. Após a conclusão da lei, o grupo poderá seguir para o próximo documento. Ela também ressaltou que a modificação do regimento só pode ocorrer após a publicação da lei, e o mesmo se aplica à lei do fundo estadual de cultura, que possui uma regulamentação que só pode ser alterada depois que a lei do fundo for modificada e publicada. Enfatizou que cada um desses documentos tem prazos e especificidades legais que precisam ser respeitados. Ao final, ela deixou em aberto a pergunta sobre se a comissão desejava começar pelo fundo ou pela lei, reafirmando que a escolha era da equipe. **O presidente** iniciou sua fala questionando sobre os candidatos para presidir a comissão, além de indicar quem seriam o mediador e o relator. Ele se colocou fora da disputa, explicando que estava com muitas atividades e não queria que o trabalho da comissão fosse prejudicado por conta de sua ausência em alguma ocasião. Destacou que, devido às suas responsabilidades na Secretaria e outras pautas, preferia que fossem escolhidas pessoas que tivessem menos funções do que ele. Ele também sugeriu a possibilidade de implementar um sistema de vice-presidência, onde, caso o presidente não pudesse comparecer, um vice-presidente o substituisse. Essa ideia se aplicaria também para os papéis de mediador e relator, para garantir que o trabalho da comissão não fosse interrompido. **André Durand** expressou seu apoio à fala do secretário e sugeriu que a proposta fosse levada para votação na plenária. Em seguida, **Symone Farias** ressaltou a importância de criar um calendário para as reuniões, mesmo que apenas como sugestão, para que a comissão tivesse um direcionamento claro. **André Durand** então solicitou que Symone disponibilizasse na tela o calendário das reuniões ordinárias do conselho. Ele sugeriu que as datas fossem escolhidas de forma a não conflitar com as reuniões do conselho e também levando em consideração as ações externas em que os conselheiros poderiam participar. Essa abordagem ajudaria a evitar sobreposições com a agenda da comissão legislativa. **Ludimar Kokama** comentou que Symone estava prestes a disponibilizar informações importantes. Ele ressaltou um ponto que Symone havia destacado anteriormente: esta comissão é a única que não pode ter faltas. Enfatizou que todos os membros que se comprometeram a integrar a comissão são obrigados a participar das reuniões, seja de forma presencial ou online. Ele alertou que a ausência de qualquer membro poderia atrapalhar o processo, reforçando a importância da presença constante de todos para o bom andamento dos trabalhos da comissão. **Symone Farias** reiterou que esta comissão é a única que não pode ter faltas, e destacou a importância de manter os suplentes atualizados com as informações, para que possam ser convocados caso algum titular não possa participar. Ela informou que, no momento, apenas Maick, um dos integrantes oficiais da comissão, ainda não havia acessado a sala virtual, o que resultava na falta de um membro. Symone mencionou que Maick havia sido convidado tanto no grupo quanto de forma particular, mas não tinha respondido. Para resolver a situação, Symone

sugeriu que a Jennyfer ligasse do telefone institucional para Miack, a fim de verificar se ele realmente deseja permanecer na comissão. Caso contrário, ele poderia solicitar sua substituição. Além disso, mencionou que havia convidado Everaldo Barbosa, que também confirmou sua presença, mas parecia ter esquecido de participar. Ela destacou que o convite foi formalizado e assinado pelo presidente Pedro. O **Presidente** questionou os presentes sobre quem gostaria de assumir a presidência da comissão. Sua abordagem indicava a necessidade de iniciar a organização da equipe responsável. **Symone Farias** interveio explicando que o grupo poderia trabalhar a lei juntamente com o regimento. No entanto, ela enfatizou que apenas a lei seria apresentada ao plenário, pois a discussão do regimento só poderia ocorrer após a publicação da lei. Ela destacou que, posteriormente, a regulamentação poderia ser abordada, mas somente depois que o fundo fosse oficialmente publicado. **Álvaro Serrão** sugeriu que os conselheiros iniciassem os trabalhos pela análise da lei que institui o conselho. Sua proposta buscava estabelecer um foco claro para as atividades da comissão desde o início. O **Presidente** então, ressaltou a importância de definir os papéis dentro da comissão, mencionando a necessidade de eleger um presidente, um mediador e um relator. Ele questionou quem estaria disposto a assumir essas funções, buscando mobilizar os participantes para a definição dos líderes da comissão. **Dudson Carvalho** fez uma pergunta crítica, questionando a exigência da presença de 100% dos conselheiros que haviam se manifestado para dar início ao processo. Ele expressou sua curiosidade sobre a razão para essa necessidade, indicando uma preocupação com a flexibilidade na participação. **Symone Farias** esclareceu que não era necessário ter a presença de todos os conselheiros. Ela explicou que qualquer conselheiro que se dispusesse a trabalhar na comissão poderia participar. No entanto, enfatizou que a comissão não poderia operar com apenas dois ou três conselheiros, pois decisões tomadas em um grupo pequeno poderiam levar a divergências quando outros membros se juntassem. Ressaltou a importância de ter um quórum adequado para garantir que os trabalhos não fossem prejudicados, mencionando que apenas um conselheiro, Maick, estava ausente. **Dudson Carvalho**, então, apresentou uma preocupação adicional, sugerindo que as decisões tomadas na reunião deveriam ser discutidas com antecedência. Ele argumentou que se as questões fossem deixadas para serem abordadas no final do processo, poderiam surgir queixas, como já ocorrido anteriormente. Propôs a criação de uma regra interna que permitisse que conselheiros que não puderam participar de uma reunião contribuíssem até a próxima, garantindo que a participação fosse contínua e não apenas em momentos críticos. **Álvaro Serrão** pediu a confirmação de que todos haviam compreendido as questões discutidas. Ele perguntou se poderiam dar início aos trabalhos, expressando um desejo de avançar rapidamente para a primeira etapa das atividades da comissão. Mencionou a conselheira Lydia, que se ofereceu para assumir a relatoria. Ele perguntou se alguém mais se candidataria para essa função, evidenciando a importância de ter pessoas dispostas a colaborar. **André Durand**, por sua vez, endossou a sugestão de Lydia, mas ressaltou que ela precisaria ajustar sua participação com o membro nomeado para a comissão, que é o Mestre Camaleão. Ele

166 fez uma observação sobre a necessidade de verificar se o Mestre Camaleão estaria
167 ausente, permitindo assim que Lydia assumisse a relatoria de maneira oficial. Então
168 levantou uma sugestão: ele indicou que o secretário Pedro fosse nomeado para presidir
169 a comissão. Além disso, propôs que o conselheiro Álvaro Serrão fosse considerado para
170 a vice-presidência. Enfatizou a importância de ter a contribuição de Dudson, que,
171 segundo ele, é uma pessoa experiente e muito conhecedora do assunto, sugerindo que
172 ele também fizesse parte dos colaboradores fortes na comissão. Mencionou que já
173 haviam discutido informalmente, "nos bastidores", sobre a composição da comissão,
174 juntamente com Ludimar, e que esperava que essas conversas resultassem em um
175 formato consolidado que pudesse fidelizar a comissão. Ele também observou que havia
176 apresentado algumas contribuições ao regimento interno e estava aguardando uma
177 definição sobre o início dos trabalhos, destacando a necessidade de formalizar a
178 comissão para avançar nas discussões. **Álvaro Serrão** fez uma observação importante,
179 lembrando a todos os presentes que a conselheira Lydia está atuando como titular
180 interina na comissão, enquanto o conselheiro Mestre Camaleão está ausente. Sua fala
181 enfatizou a necessidade de formalizar essa condição, deixando claro que a função de
182 Lydia é temporária e depende da ausência do conselheiro titular. Essa observação
183 busca garantir que todos compreendessem a estrutura atual da comissão e a dinâmica
184 das responsabilidades. **Dudson Carvalho** respondeu afirmativamente, sugerindo que
185 tanto ele quanto Pedro poderiam assumir a presidência. Ele enfatizou que sua intenção
186 era esclarecer quem seria responsável pela liderança da comissão. Em seguida,
187 perguntou se há a necessidade de estar presente fisicamente nas reuniões para
188 conduzi-las. Ele perguntou também, se as datas das reuniões já estavam definidas ou
189 se ainda precisariam ser estipuladas. Sua preocupação era garantir que pudesse se
190 organizar para participar, demonstrando comprometimento com os trabalhos da
191 comissão e a importância de uma agenda clara. **Symone Farias** apresentou
192 informações importantes sobre o calendário anual do Conselho de Cultura, que já estava
193 visível para todos os participantes. Ela destacou que a 32ª reunião aconteceria no dia 2
194 de outubro, a 33ª no dia 3 de novembro e a 34ª no dia 4 de dezembro. Ela continuou
195 informando que hoje estavam elegendo o presidente, o secretário e o vice-presidente
196 da comissão. Ressaltou que seria necessário verificar as datas para as próximas
197 reuniões, questionando a todos sobre a frequência que preferiam: se duas reuniões por
198 semana, uma por mês ou uma a cada quinze dias. Essa decisão era fundamental, pois
199 impactaria a organização e o planejamento das atividades da comissão. Além disso,
200 esclareceu que as reuniões seriam sempre em formato híbrido, ou seja, haveria a opção
201 de participação presencial e virtual. Ela garantiu que a sala estaria sempre disponível
202 para os encontros, proporcionando flexibilidade para os participantes que desejassem
203 trabalhar remotamente ou de forma presencial. **André Durand** mencionou as conversas
204 anteriores que teve com os colegas sobre a organização das reuniões, destacando que
205 as ideias que surgiram foram muito valiosas, especialmente por parte dos conselheiros
206 que vieram do município. Ele, então, fez uma sugestão sobre a frequência das reuniões,
207 propondo que fossem realizadas pelo menos três vezes por semana. Ele sugeriu que

as reuniões ocorressem em horários diversificados, como nas segundas, quartas e sextas-feiras. André acreditava que essa frequência permitiria um avanço mais significativo nas discussões e no desenvolvimento dos projetos da comissão. Além disso, ele mencionou que estava conversando com amigos da área jurídica que atuam no campo da cultura, os quais poderiam contribuir com suas experiências e apontamentos nas discussões e indicações da comissão. Essa conexão com profissionais do direito reforçou sua proposta, pois ele via a possibilidade de enriquecer os debates com conhecimentos especializados. **Dudson Carvalho** faz uma proposta direcionada a Ludimar e à professora Lydia, sugerindo que eles avaliassem a disponibilidade de todos. Ele mencionou a experiência acumulada que ele, Ludimar e Lydia tem ao longo dos anos, ressaltando que a professora Lydia já está envolvida nesse tipo de trabalho desde a administração de um prefeito anterior, que havia dado início a processos semelhantes. Sugeriu que, se conseguissem se organizar, isso poderia ser muito positivo para a comissão. No entanto, ele expressou que três reuniões por semana seriam excessivas para ele, considerando que isso tornaria a carga de trabalho muito pesada. Portanto, sua proposta seria de realizar, no máximo, uma reunião por semana, mantendo o foco em pontos específicos que precisassem ser discutidos. Ele se colocou à disposição para contribuir, independentemente do papel que assumisse, seja como presidente, mediador ou relator. Elogiou a professora Lydia, afirmando que ela tem o perfil adequado para a relatoria, dada sua experiência. Ele propôs que, caso o conselheiro Ludimar pudesse mediar as discussões, ele ficaria com a presidência, mas também estava aberto a inverter as funções, caso fosse mais conveniente. **Ludimar Kokama** destacou a importância do momento em que se encontravam, que era de construção do PEC. Ele expressou que, se tudo ocorresse como esperado, a primeira etapa seria concluída no dia 26, dando início à segunda etapa, que exigiria ainda mais esforço de todos. Propôs que as reuniões da comissão fossem agendadas a cada 15 dias, acreditando que isso proporcionaria tempo suficiente para que todos pudessem se preparar e contribuir adequadamente. Ele enfatizou a necessidade de decidir, na reunião atual, qual seria o primeiro ponto de trabalho, sugerindo que fosse a lei de criação do conselho. Pediu que todos concentrassem seus esforços na leitura e na formulação de propostas de melhorias para essa lei. Em seguida, mencionou que o regimento também poderia ser discutido em conjunto com a lei, propondo um trabalho colaborativo para alinhar as duas questões. Ele destacou a importância de que as reuniões fossem bem direcionadas e pragmáticas, focadas em resolver as questões apresentadas, para que pudessem avançar de forma eficiente. Então se colocou à disposição para assumir a vice-presidência da comissão, questionando se Dudson aceitaria ser o presidente. Ele também fez menção ao papel de mediador, lembrando que Pedro já havia indicado que não desejava assumir cargos, deixando a posição de mediador a cargo do conselheiro Álvaro. Concluiu enfatizando que Álvaro, por sua dedicação e comprometimento, seria a pessoa mais indicada para essa função, garantindo a continuidade do trabalho. **André Durand** se colocou à disposição para assumir a função de suplente do mediador **Symone Farias** organizou as propostas

250 feitas até aquele momento e fez uma sugestão clara para a estrutura da comissão.
251 Dudson o presidente, Ludimar a vice-presidência e Álvaro o mediador titular, com um
252 suplente a ser definido. Além disso, Lydia assume a relatoria, mas destacou que
253 também era necessário ter uma suplente para essa função. Ela, então, abriu a palavra
254 para que alguém se candidatasse ao cargo de suplente da relatoria, buscando garantir
255 que todas as funções estivessem devidamente preenchidas e que a comissão pudesse
256 operar de forma eficaz. **André Durand:** André fez uma proposta de inversão nas
257 funções, sugerindo que o conselheiro Mestre Camaleão poderia ser o suplente na
258 relatoria, ao invés de uma nova candidatura para esse cargo. Ele mencionou a
259 possibilidade de Camaleão assumir a posição de suplente da relatora Lydia. Essa
260 proposta visava fortalecer a equipe e garantir que a relatoria tivesse um apoio confiável,
261 aproveitando a experiência de Camaleão. **Ludimar Kokama** ressaltou que a
262 conselheira Lydia estava assumindo a titularidade na comissão. Ele também mencionou
263 a presença da conselheira Lucimar Marques, que estava online, e convidou-a a se
264 manifestar, reconhecendo sua participação e a importância de sua contribuição.
265 **Dudson Carvalho** complementou, afirmando que todos os presentes na reunião já
266 haviam sido nomeados para a comissão, exceto pelo conselheiro que não estava
267 presente do município. **Symone Farias:** Symone confirmou que o único membro
268 ausente era Maick, ressaltando que todos os demais presentes faziam parte da
269 comissão. **Dudson Carvalho** enfatizou a importância de seguir em frente com os
270 membros que estavam presentes na reunião. Ele destacou que era necessário começar
271 o trabalho e que a professora Lydia, como relatora, já estava pronta para iniciar e
272 concluir as atividades propostas. Em seguida, expressou sua preocupação sobre a
273 importância de manter o foco no processo, evitando que a dinâmica da comissão
274 mudasse ao longo das discussões. Ele reiterou a necessidade de abordar o trabalho de
275 forma prática e eficiente, especialmente em relação ao PEC. Se comprometeu a ler
276 todos os pontos que considerava relevantes e a trazer suas sugestões diretamente nas
277 reuniões, promovendo um debate que pudesse levar a modificações necessárias. **Lydia**
278 **Lucia** afirmou sua presença constante nas reuniões, destacando que estaria sempre
279 presente, assim como o presidente. **Lucimar Marques** reconheceu que a relatoria não
280 era sua especialidade, mas expressou sua disposição em ajudar, aceitando a função de
281 suplente da conselheira Lydia Lúcia. Sua fala demonstrou um espírito colaborativo e a
282 vontade de contribuir, mesmo em uma área em que não se sentia tão à vontade. **Álvaro**
283 **Serrão** por sua vez, destacou o comprometimento da conselheira Lydia, afirmando que
284 ela não faltaria e que estaria acompanhando de perto o processo. **O presidente**
285 questionou se todos estavam de acordo com a composição da comissão, pedindo que
286 aqueles que concordassem permanecessem como estavam. Não houve nenhuma
287 ressalva, anunciou que a composição estava aprovada. Com isso, ele indicou que
288 poderiam dar prosseguimento aos trabalhos da comissão, reafirmando a organização e
289 o consenso entre os membros presentes. **Ludimar Kokama** sugeriu a necessidade de
290 delimitar a frequência das reuniões da comissão, propondo que decidissem se seriam
291 realizadas semanalmente, quinzenalmente ou mensalmente. Ele pediu que todos

fizessem suas propostas e que a decisão fosse submetida a votação. Essa fala destacou a importância de estabelecer uma rotina clara para os encontros, garantindo que todos pudessem se organizar e participar efetivamente das discussões. **Dudson Carvalho** expressou seu voto a favor de reuniões a cada 15 dias, destacando que essa frequência seria interessante. Ele sugeriu que as reuniões ocorressem nas quintas-feiras, das 14h às 16h. Sua proposta visou criar uma rotina que facilitasse a participação dos membros, garantindo um tempo adequado para discussão e deliberação dos assuntos da comissão. **O presidente** sugeriu que a decisão sobre a frequência das reuniões fosse registrada em ata, ressaltando que a programação poderia ser remanejada tanto para frente quanto para trás, conforme necessário. **Ludimar Kokama** apoiou a ideia de registrar tudo em ata e propôs que, neste mês de outubro, a comissão realizasse duas reuniões quinzenais. Ele mencionou que, dependendo do andamento do processo e da análise dos estudos, poderiam avaliar a possibilidade de aumentar a frequência para uma vez por semana, conforme a agenda permitisse. Ressaltou a importância de que cada membro se aprofundasse na leitura da lei e trouxesse suas propostas na próxima reunião. Além disso, ele sugeriu que utilizassem um grupo de WhatsApp para facilitar a troca de ideias e a formulação de propostas entre os membros, promovendo uma colaboração contínua. **Symone Farias** mencionou que iria compartilhar as datas propostas no grupo, convidando os membros a se manifestarem sobre a aceitação das sugestões. **O Presidente** destacou a importância de considerar as ações da PNAB que estão programadas para o mês. Ele sugeriu que fosse registrado em ata que reuniões extraordinárias também poderiam ser convocadas, se necessário. **Dudson Carvalho** expressou sua esperança de que, ao fazer um esforço conjunto, pudessem pautar individualmente os tópicos a serem discutidos. Ele sugeriu que, durante as reuniões, fossem práticos nas alterações a serem feitas, destacando que todos os segmentos já tinham um entendimento prévio sobre as modificações necessárias. Acredita que, ao focar nas questões de forma objetiva, conseguiriam resolver os assuntos rapidamente, otimizando o tempo e o esforço da comissão. **Symone Farias** confirmou que o arquivo seria disponibilizado em formato Word editável. Ela se comprometeu a colocar o documento no grupo, permitindo que todos pudessem fazer suas sugestões. Além disso, informou que incluiria a relatora, Lydia, no grupo, para que ela pudesse coletar as propostas e já começar a elaborar o arquivo de trabalho. Destacou que Lydia tem experiência nessa atividade, o que facilitaria o processo. Ela também mencionou que, na próxima reunião, um computador estaria disponível para que Lydia pudesse trabalhar durante o encontro. **O Presidente** enfatizou que, após o encaminhamento das questões anteriores, era necessário agora definir os próximos passos. **Ludimar Kokama** lembrou que, conforme já havia mencionado anteriormente, durante a agenda da comissão, seria importante definir qual lei iriam trabalhar. Ele destacou que, uma vez estabelecida a lei, poderiam começar a fazer as propostas de alteração. Observou que o conselheiro André já tinha suas propostas prontas, o que facilitaria o trabalho. Ele sugeriu que, ao longo do processo, fossem anexando no documento as observações e melhorias necessárias, visando aprimorar a estrutura do texto. **André Durand** sugeriu que o conselheiro Álvaro

se encarregasse da parte da literatura técnica. Ele propôs que Álvaro fizesse um confronto entre a literatura técnica e a municipal, a fim de integrar essas informações, que são de extrema importância para o segmento da cultura no estado do Amazonas. Também destacou a relevância da fala dos conselheiros e mencionou a Conferência Nacional de Cultura, considerando a particularidade do fator amazônico nesse contexto. **Álvaro Serrão** concordou com a sugestão de André, ressaltando a importância de realizar a leitura da legislação municipal. Ele afirmou que essa análise seria um suporte fundamental para a elaboração do texto da comissão, servindo como um facilitador. Destacou que conhecer os dispositivos já vigentes ajudaria a enriquecer o trabalho, garantindo uma base sólida para as propostas que seriam discutidas. **André Durand** sugeriu que o secretário Pedro expedisse um memorando convocando a titular da cadeira do Conecta dentro do conselho. Ele argumentou que a inclusão da conselheira Jordânia Damasceno, representante do Conecta, seria valiosa, pois essa entidade possui embasamento legal e atua com todos os conselhos de cultura. André destacou que a participação de Jordânia seria importante para essa construção coletiva, especialmente considerando as discussões em nível nacional. **O Presidente** explicou que o presidente do conselho pode solicitar administrativamente a convocação, mas ressaltou que a conselheira Jordania já havia sido convidada anteriormente e optou por não participar da comissão naquele momento. No entanto, ele destacou que isso não impede que consultem Jordania em diversas ocasiões para obter informações. Mencionou que já havia solicitado essa coleta de informações anteriormente, mas que não havia ocorrido. Além disso, ele lembrou que também contavam com a ajuda de uma conselheira nacional que poderia contribuir com essa construção. **Lucimar Marques** afirmou seu compromisso em contribuir para a reformulação do conselho estadual de cultura. Ela se apresentou como membro da comissão de reformulação do CNPC, destacando que estão quase finalizando seu trabalho nessa grande reformulação. Compartilhou que a experiência adquirida nessa comissão a capacita a contribuir de forma significativa na reformulação da lei do Conecta, demonstrando sua disposição para colaborar com o processo. **Symone Farias** sugeriu que a conselheira Lucimar colaborasse disponibilizando a legislação nacional relacionada ao tema. Ela ressaltou a importância de ter acesso a toda a literatura pertinente para a construção da nova lei. Pediu que, se pudesse, que compartilhasse essa legislação no grupo, enfatizando que isso seria muito válido para todos os membros da comissão. **Lucimar Marques** informou que a comissão ainda está em fase de construção e que estão quase finalizando o trabalho. Ela mencionou que, por enquanto, a legislação ainda não está disponível para o público, mas assegurou que assim que estiver pronta, ela a compartilhará com todos. **O Presidente** sugeriu que a relatoria e a mediação criassem um drive contendo toda a legislação e outros materiais relevantes para leitura. Ele enfatizou a importância de centralizar essas informações para facilitar o acesso e o trabalho de todos os membros da comissão. **Symone Farias** se dirige ao presidente Dudson, pedindo que ele faça os encaminhamentos necessários ao setor administrativo. Ela reafirma que a comissão vai iniciar o trabalho em torno da legislação. Menciona que

376 a Jennyfer já separou algumas datas para as reuniões futuras: 3 de outubro, 17 de
377 outubro, 31 de outubro, 14 de novembro, 28 de novembro e 12 de dezembro. Ela informa
378 que vai colocar essas datas no grupo, sugerindo uma comunicação organizada para
379 facilitar o acesso à informação. Indica que, à medida que as reuniões avançarem, o
380 presidente Dudson terá o papel de conduzir o processo, reconhecendo sua liderança e
381 a disposição de todos para colaborar. **Dudson Carvalho** propõe que seja elaborado um
382 material contendo a legislação estadual atual, a legislação do município de Manaus e a
383 da Bahia, que foi recentemente sugerida. Ele sugere que todos leiam essas três
384 legislações para que possam ser feitas alterações e melhorias na legislação local.
385 Observa que existem aspectos na legislação municipal que não podem ser aplicados à
386 estadual, destacando a necessidade de um comparativo entre elas. Ele acredita que
387 essa comparação ajudará a fundamentar um trabalho eficaz, permitindo que as
388 demandas dos diferentes segmentos sejam atendidas. Ele enfatiza a importância de ter
389 esse material organizado e não de forma aleatória. Solicita que o secretariado compile
390 essas informações em um único pacote para facilitar o trabalho. Ele sugere que, após a
391 leitura das legislações, o grupo comece a preparar uma reunião, onde possam discutir
392 e votar as alterações necessárias antes de enviar as propostas ao pleno. Por fim, sugere
393 a data de 3 de outubro para a primeira reunião e pede que todos confirmem sua
394 concordância para que a data seja oficialmente marcada. Perguntou se todos
395 concordam com a data de 3 de outubro para a segunda reunião. Ele solicita que os
396 conselheiros permaneçam como estão se estiverem de acordo. Após a votação, a data
397 é aprovada. Reforçou que o encaminhamento para solicitar as legislações foi feito, e
398 pede que todos leiam os documentos até a reunião, para que possam preparar e
399 encaminhar algumas alterações prévias. **O presidente** pergunta se todos concordam
400 com a data de 3 de outubro para a segunda reunião. Ele solicita que os conselheiros
401 permaneçam como estão se estiverem de acordo. Após a votação, a data é aprovada.
402 Então, reforça que o encaminhamento para solicitar as legislações foi feito, e pede que
403 todos leiam os documentos até a reunião, para que possam preparar e encaminhar
404 algumas alterações prévias. Propõe colocar em votação qual será o primeiro documento
405 a ser trabalhado, especificando que se trata da Lei nº 5418, de 17 de março de 2021,
406 que institui o Conselho Estadual de Cultura. **Symone Farias** esclarece que a lei anterior,
407 de 2010, era um decreto, assim como o do Conselho Nacional, e informa que em 2021
408 esse decreto foi transformado na atual lei do conselho. **Dudson Carvalho** coloca em
409 votação o encaminhamento para o primeiro trabalho, que é a alteração da lei que institui
410 o Conselho Estadual de Cultura. Ele pede que os que concordam permaneçam como
411 estão. A proposta é aprovada. **O presidente** ressaltou que foram definidas as questões
412 necessárias. Ele menciona a importância da reunião de instrução com o Sérgio, mas
413 lamenta que, devido a um ocorrido, isso não foi possível. **Dudson Carvalho** enfatiza a
414 importância de ter o apoio jurídico antes de prosseguir com o processo. Ele argumenta
415 que todos os membros precisam estar cientes da legislação de 2021, assim como das
416 leis municipais e da Bahia, para garantir que todos estejam no mesmo nível de
417 entendimento. Para ele, a leitura desses documentos é essencial e a presença do

418 jurídico é crucial no início dos trabalhos. **Symone Farias** falou em nome do doutor
419 Sérgio, que não pôde comparecer à reunião devido à perda de um membro da família.
420 Ela menciona que está encaminhando a data da próxima reunião para que ele possa
421 participar e contribuir com a comissão. Informa que já fez as fotos da reunião e que vai
422 compartilhar no grupo para registro. Ela também mencionou que está compilando as
423 informações solicitadas pelo presidente e reiterando o convite ao ex-conselheiro
424 Everaldo Barbosa e à conselheira Jordania, além de abrir espaço para que outros
425 convidados relevantes possam participar da comissão. **Lucimar Marques** questiona se
426 algum representante do poder público manifestou interesse em participar, e **Symone**
427 responde que, durante a formação da comissão, apenas os presentes se mostraram
428 dispostos. **O presidente** complementa que Maick e Roberto Sá, ambos do poder
429 público, aceitaram participar. **Dudson Carvalho** ressalta a importância da atualização
430 para a cultura e que o poder público deverá acompanhar o trabalho da comissão,
431 reafirmando o compromisso de fazer o melhor para os colegas do setor. Ele conclui
432 expressando expectativa pela próxima reunião. **Symone Farias** aproveita a presença
433 dos conselheiros para informar que já houve confirmação do Conselho de Patrimônio
434 para a reunião marcada para o dia 24, onde o eixo sobre patrimônio será discutido. O
435 professor Gustavo Kienen e uma técnica da Secretaria de Cultura também estarão
436 presentes para colaborar. Ela destaca que, até o momento, apenas três conselheiros do
437 poder público participaram da comissão, e que alguns conselheiros da sociedade civil
438 ainda não se manifestaram. Enfatiza a importância da participação de todos, ressaltando
439 que este é um momento crucial para a sociedade civil, e que o trabalho realizado terá
440 um impacto duradouro. **Ludimar Kokama** enfatiza a importância de finalizar o eixo 6
441 até o dia 26. Ele sugere a criação de uma força-tarefa para garantir que o eixo 3 também
442 seja concluído, caso não consigam finalizar pela manhã, propondo continuar à tarde.
443 Isso permitiria encaminhar a primeira etapa do PEC de forma eficaz. **O presidente**
444 concorda, ressaltando a necessidade de combinar isso com os presentes no dia da
445 reunião, destacando que essa abordagem é benéfica para avançar para a próxima etapa
446 do trabalho. Solicita à Jennyfer que organize uma lista dos conselheiros que se
447 comprometeram com o PEC, destacando os que não participaram e aqueles que não
448 se manifestaram para se envolver no processo. **Dudson Campos** complementa,
449 enfatizando a importância de documentar os esforços para incluir todos no andamento.
450 **O presidente** sugere que, inicialmente, a conversa deve ser feita com aqueles que já
451 se comprometeram, antes de abordar os demais. **Symone Farias** ressaltou o empenho
452 dos suplentes, parabenizando-os por sua participação e compromisso. Assim, sem mais
453 manifesto ou assunto para ser tratado, o presidente agradeceu a presença de todos e
454 deu por encerrada a 1ª reunião da comissão de Legislação E Normas, pedindo ainda,
455 que seja providenciada a ata.

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO

Presidente - 1ª Reunião Legislativa-2024
CONEC

ÁLVARO SERRÃO MONTEIRO

Mediador -1ª Reunião Legislativa-
2024 CONEC

456

LISTA DE PRESENÇA:

DE FORMA PRESENCIAL:

1. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante da cadeira de Cultura Indígena;
2. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura;
3. Lydia Lucia Nunes de Sousa – Titular em exercício representante da cadeira de Cultura Afrodescendente.

DE FORMA REMOTA:

4. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
5. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
6. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança.

ELABORAÇÃO DA ATA:

7. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

8. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;
9. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC.

EQUIPE JURÍDICO ADMINISTRATIVO CONEC:

10. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico;
11. Symone Juliana Ribeiro Farias – Assessora Administrativa;
12. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

13. Eduardo Farias de Souza – Estagiário de T.I.